

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	3
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	4
1.10 Informações de sociedade de economia mista	8
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	9
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	10
1.13 Acordos de acionistas	11
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	12
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	13
1.16 Outras informações relevantes	14
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	15
2.2 Resultados operacional e financeiro	18
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.7 Destinação de resultados	22
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	25
2.10 Planos de negócios	26
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	28
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	29
3.2 Acompanhamento das projeções	30
4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	31
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	37
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	38
4.4 Processos não sigilosos relevantes	40
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	41
4.6 Processos sigilosos relevantes	42

Índice

4.7 Outras contingências relevantes	43
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	45
5.5 Outras informações relevantes	50
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	51
6.3 Distribuição de capital	63
6.4 Participação em sociedades	64
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	65
6.6 Outras informações relevantes	66
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	67
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	68
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	69
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	70
7.4 Composição dos comitês	73
7.5 Relações familiares	74
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	75
8. Remuneração dos administradores	
8.2 Remuneração total por órgão	76
8.3 Remuneração variável	80
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	81
8.6 Outorga de opções de compra de ações	82
8.11 Ações entregues	83
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	84
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	85
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	86
8.20 Outras informações relevantes	87
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	88
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	89

Índice

9.4 Outras informações relevantes	90
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	91
10.5 Outras informações relevantes	92
11. Transações com partes relacionadas	
11.2 Transações com partes relacionadas	93
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	94
11.3 Outras informações relevantes	95
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	96
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	98
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	99
12.5 Mercados de negociação no Brasil	100
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	101
12.7 Títulos emitidos no exterior	102
12.9 Outras informações relevantes	103
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	104
13.1 Declaração do diretor presidente	105
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	106

1.1 Histórico do emissor

1.1 Descrever sumariamente o histórico do emissor

A PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.) foi constituída inicialmente para atuação no seguimento de arrendamento mercantil, em 1998, tendo como objeto social exclusivo a prática de todas as operações que são permitidas às sociedades da espécie, nos termos das disposições legais e regulamentos em vigor.

Em 4 de novembro de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a alteração do objeto social da PAN Financeira, de sociedade de arrendamento Mercantil para sociedade de crédito, financiamento e investimentos, sendo que o Banco Central do Brasil, autorizou a referida alteração , em 24 de janeiro de 2023.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.), criada em 1998, é subsidiária do Banco PAN tendo como objeto social exclusivo a prática de todas as operações que são permitidas às sociedades da espécie, nos termos das disposições legais e regulamentos em vigor.

Em 4 de novembro de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a alteração do objeto social da PAN Financeira, de sociedade de Arrendamento Mercantil para sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos, sendo que o Banco Central do Brasil, autorizou a referida alteração mudança do objeto social, em 24 de janeiro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há.

ii. em favor de partidos políticos

Não Há.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

Todas as práticas e indicadores de sustentabilidade da Companhia são idênticas a de seu controlador Banco PAN, e estão descritas nos documentos divulgados pelo Banco PAN.

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O Banco PAN divulga Relatório Anuais com informações ESG desde o ano de referência 2020 em seu site de Relações com Investidores.

Esse Relatório contempla as práticas e indicadores de todas suas controladas, inclusive a Companhia.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Para o Relatório Anual Vigente, referente ao ano 2022, foram utilizadas as metodologias Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para os anos de 2020 e 2021, foi utilizada apenas a metodologia GRI.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de 2022 foi auditado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG).

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A edição vigente e as edições passadas estão disponíveis em: <https://ri.bancopan.com.br/show.aspx?idCanal=Nna6ZxvAEo6v+SkvmRm7Sg==&linguagem=pt>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Em 2022 foi realizada a segunda pesquisa de materialidade do Banco PAN com suas partes interessadas. Inicialmente foram realizadas entrevistas presenciais com os heads de ESG dos principais stakeholders do Banco PAN (Diretoria Executiva, COAUD – Comitê de Auditoria, CA – Conselho de Administração, Febraban – Federação Brasileira de Bancos e BTG Pactual). Após definida a lista ampliada de temas que iriam para consulta de priorização, foram consultados via questionários on-line mais de 3 mil stakeholders, dentre eles clientes, colaboradores, autorreguladores, correspondentes bancários, lojistas parceiros, fornecedores, mídia especializada e analistas de mercado de capitais. Em paralelo, foi elaborado junto à área de riscos da Companhia, uma análise dos principais impactos dos temas no negócio para compor o estudo de materialidade, seguindo as diretrizes da GRI. Após concluído o processo de consolidação dos resultados dos questionários e da análise de impactos, foram definidos dez temas materiais para o PAN, conforme abaixo:

1. Inovação e tecnologia

Verificamos que os impactos atrelados ao tema podem ser tanto positivos como negativos, assim como reais e potenciais. Os reais são a otimização e eficiência, processos do banco e ampliação na distribuição direta de produtos. Os potenciais estão relacionados à possibilidade de produtos e serviços desatualizados, acarretando na perda de mercado e competitividade.

2. Cultura, Pessoas e Diversidade & Inclusão

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Levantamos impactos em sua maioria positivos, reais e potenciais. A gestão do tema está refletida no nosso quadro funcional, (étnico racial, pessoas com deficiência, gênero, LGBTQIA+) e pode resultar em mais diversidade na alta gestão. Ações nessa temática refletem também na reputação de marca empregadora, bem como no aumento na produtividade e na capacidade de atrair talentos qualificados. Com isso, esperamos impacto de melhora no nível de satisfação de clientes e na taxa de rotatividade dos colaboradores. Caso ações sejam descontinuadas, pode haver impacto negativo (potencial) de perda de capital humano.

3. Satisfação do cliente e jornada do produto
Trata sobre as questões relacionadas à satisfação e experiência do cliente pelo produto ou serviço prestado, incluindo a transparência nas práticas comerciais, comunicação clara de condições de produtos e serviços, e gestão de correspondentes bancários para o relacionamento com o cliente.
4. Privacidade e proteção de dados
Impactos para o tema são reais, positivos e negativos. As perdas de dados dos clientes e colaboradores gera impactos reputacional e financeiro com pagamento de multas e perda de contratos. Para aumentar a segurança, estendemos os investimentos em infraestrutura de segurança de dados, treinamentos e conscientização dos colaboradores e terceiros e atualização dos processos internos relacionados a privacidade e proteção de dados.
5. Prevenção a fraude
Através de impactos para o tema a perdas financeira e reputacionais em decorrência de eventos de fraude e aumento em número de reclamações por cobrança de contratos fraudulentos
6. Gestão integrada de riscos e parceiros
Na integração da análise de riscos ESG aos demais riscos da empresa, identificamos um impacto positivo real. Por outro lado, caso ocorra, o tempo de resposta a eventos críticos com impacto operacional financeiro e de imagem é potencialmente negativo. Mudanças regulatórias também são um impacto negativo potencial para a originação de linhas de crédito consignado.
7. Ética, transparência e Compliance
Levantamos tanto impactos negativos quanto positivos para o tema, assim como reais e potenciais. Entendemos que o desempenho da nossa gestão reflete em impacto de credibilidade com as partes interessadas. Por outro lado, temos risco de perdas financeiras e cobrança de multas devido a não conformidade com leis e regulamentos setoriais. Com acionistas, podemos perder valor caso haja falta de informações transparentes, bem como a credibilidade perante a sociedade. Atitudes antiéticas podem impactar, também, em perda de mão de obra qualificada.
8. Desempenho econômico
Os impactos que identificamos são positivos e negativos, todos potenciais, e estão relacionados à possibilidade de incapacidade de concessão de crédito e investimentos em novos negócios, na geração ou destruição de valor para nossos stakeholders externos (como acionistas) e internos (como colaboradores), e em boa capacidade de captação de crédito no mercado de capitais.
9. Gestão de imagem e reputação
Os impactos que levantamos foram potenciais e negativos, tais como: falha em gestão de processos/riscos ESG; e perdas financeiras e de clientes por impacto na reputação.
10. Governança corporativa
Os impactos para este tema são potenciais e negativos, e estão relacionados ao possível evento de conflito de interesse, causando uma gestão controversa; preferir a Agenda

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

ESG pela alta liderança; saída de executivos-chave e falha na integração das empresas adquiridas

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim, os ODS materiais para o banco PAN são:



g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Sim, o Relatório considera parte das recomendações do TCFD e já publica parte da seção de riscos e de Governança Corporativa do Relatório Anual de acordo com as orientações do TCFD. Em seus próximos relatórios, o Banco PAN pretende reportar 100% das recomendações.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim, o banco PAN calcula e publica seu inventário de emissões dentro dos escopos 1, 2 e 3 desde 2020. Em 2021, pela primeira vez, o Banco PAN publicou suas emissões financiadas da carteira de veículo, o único produto oferecido pelo PAN que emite gases causadores do efeito estufa. Em 2022, como forma de trazer ainda mais transparência e comparabilidade aos dados divulgados, o banco aderiu ao Partnership for Carbon Accounting Financials ("PCAF"), parceria de empresas do setor privado cujo objetivo é facilitar a transparência e responsabilização do setor financeiro ao Acordo de Paris.

Emissões Grupo PAN (PAN e controladas):

Escopo	2021	2022
Escopo 1	0	37
Escopo 2	291	97
Escopo 3	1.719	2.450
Total	2.010	2.584

Emissões da carteira financiada em PCAF:

Escopo	2021	2022
Veículos leves	405.113	439.418
Motos	106.782	60.566
Total	511.895	499.984

Maiores informações sobre o inventário de carbono podem ser encontradas no Relatório Anual do PAN em:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

<https://ri.bancopan.com.br/show.aspx?idCanal=Nna6ZxvAEo6v+SkvmRm7Sg==&linguagem=pt>

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não Aplicável

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável. A PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, não é caracterizada como sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Negócios extraordinários

Todas as alienações e aquisições de ativos que a Companhia julga relevante, correspondentes ao exercício de 2022 foi devidamente descrito no item 2.4 deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável. No último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram realizadas operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não há. As informações mais detalhadas com relação a PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, podem ser encontradas em seu Estatuto Social vigente, disponibilizado na Comissão de Valores Mobiliários.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Durante o exercício de 2022 não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PAN Financeira") que não esteja diretamente relacionado com suas atividades operacionais. Cumpre-nos esclarecer que a PAN Financeira não possui empresas controladas.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Comentários dos diretores

2.1 – Os diretores devem comentar sobre

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas da Pan Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimentos relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website do Banco (ri.bancopan.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Por sermos uma instituição financeira, estamos sujeitos à regulamentação do CMN e do Banco Central para preparação de nossas demonstrações contábeis. Dessa forma, elaboramos nossas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen GAAP").

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras disponibilizadas neste Formulário de Referência foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou, BACEN GAAP.

Contexto Operacional

A Pan Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia") tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, de veículos e outros bens. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais.

Destaques patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos da Companhia totalizaram R\$ 293 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$ 243 milhões.

(b) Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 356,7 mil em 31 de dezembro de 2022, composto por 11.000 ações ordinárias nominativas, no valor unitário de R\$ 32.430,50.

Abaixo demonstra-se a representatividade do capital próprio e de terceiros frente ao total dos passivos da companhia:

	31/12/2022	% Passivo Total
Patrimônio Líquido	243.343	83,1%
Capital de Terceiros	49.417	16,9%
Passivo Total	292.760	100,0%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A estratégia da Companhia é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento e atender às próprias necessidade de capital de giro, além de aproveitar oportunidades comerciais.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não aplicável.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A gestão de liquidez da Companhia é gerenciada pelo PAN. O Banco PAN possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que determina o volume de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. O Banco PAN administra sua posição de liquidez realizando operações de *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não é parte tomadora de financiamentos ou empréstimos relevantes.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário

Não aplicável.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não aplicável.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras:

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	AV	AH
Disponibilidades	9	4	0,0%	125,0%
Instrumentos financeiros	249.894	230.170	85,4%	8,6%
Ativos fiscais	26.705	29.563	9,1%	-9,7%
Outros valores e bens	380	1.300	0,1%	-70,8%
Outros ativos	15.772	12.703	5,4%	24,2%
TOTAL	292.760	273.740	100%	6,9%

Disponibilidades

O saldo de disponibilidades encerrou o ano de 2022 em R\$ 9 mil, frente aos saldos de R\$ 4 mil em 2021.

Instrumentos financeiros

O saldo de Instrumentos financeiros encerrou o ano de 2022 em R\$ 249.894 mil, 8,6% maior que o saldo de R\$ 230.170 mil em 2021 e representa 85,4% dos ativos totais.

Ativos fiscais

O saldo da conta de Ativos fiscais reduziu 9,7%, totalizando R\$ 26.705 mil em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao saldo de R\$ 29.563 mil em 31 de dezembro de 2021.

Outros valores e bens

O saldo de outros valores e bens encerrou o ano de 2022 com R\$ 380 mil, frente aos R\$ 1.300 mil de 2021, demonstrando uma queda de 70,8% relativo a seguros fiança.

Outros ativos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O saldo de outros ativos teve aumento de 24,2%, totalizando R\$ 15.772 mil em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao saldo de R\$ 12.703 mil em 31 de dezembro de 2021.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021	AV	AH
Provisões	42.055	45.880	14,4%	-8,3%
Obrigações fiscais	6.604	949	2,3%	595,9%
Outros passivos	758	325	0,3%	133,2%
Patrimônio Líquido	243.343	226.586	83,1%	7,4%
TOTAL	292.760	273.740	100%	6,9%

Provisões

O saldo da conta de Provisões reduziu em 8,3%, totalizando R\$ 42.055 mil em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao saldo de R\$ 45.880 mil em 31 de dezembro de 2021.

Obrigações fiscais

O saldo da conta de Obrigações fiscais teve um aumento de 595,9% devido a provisão de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar de R\$ 6.217 mil em dezembro de 2022, totalizando R\$ 6.604 mil em comparação ao saldo de R\$ 949 mil em 31 de dezembro de 2021.

Outros passivos

O saldo de outros passivos teve aumento de 133,2%, totalizando R\$ 758 mil em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao saldo de R\$ 325 mil em 31 de dezembro de 2021.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 243.343 mil milhões em 31/12/2022, frente aos R\$ 226.586 mil em 31/12/2021, representando um aumento de 7,4%.

2.2 Resultados operacionais e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Não há informação pertinente a este item (i) que não tenha sido divulgada no item (ii) abaixo.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As informações financeiras disponibilizadas neste item 2 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Abaixo dos quadros a seguir, faremos uma análise das principais oscilações.

Análise das Demonstrações de Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021	AH
Resultado de operações de arrendamento mercantil	12	65	-81,5%
Rendas de aplicações de depósitos interfinanceiros	28.068	11.004	155,1%
Receitas de intermediação financeira	28.080	11.069	153,7%
Resultado bruto de intermediação financeira	28.080	11.069	153,7%
Outras despesas administrativas	(3.445)	(21.371)	-83,9%
Despesas tributárias	(1.462)	(516)	183,3%
Outras receitas operacionais	9.403	744	1163,8%
Outras despesas operacionais	(6.242)	(5.986)	4,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.746)	(27.129)	-93,6%
Resultado operacional	26.334	(16.060)	-264,0%
Resultado não operacional	21	48	-56,3%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	26.355	(16.012)	-264,6%
Ativo fiscal diferido	(9.598)	42.616	-122,5%
Lucro líquido do exercício	16.757	26.604	-37,0%

Receitas de Intermediação Financeira

As receitas de intermediação financeira aumentaram em 153,7%, totalizando R\$ 28.080 mil em 31 de dezembro de 2022, comparado aos R\$ 11.069 mil em 31 de dezembro de 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$ (1.746) mil em 31 de dezembro de 2022, frente aos R\$ (27.129) mil em 31 de dezembro de 2021.

Resultado operacional

Como consequência dos fatores acima descritos, a Companhia apresentou resultado operacional de R\$ 26.334 mil em 2022, resultado 264,0% superior aos R\$ (16.060) mil no encerramento de 2021.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da despesa/receita de imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	26.355	(16.012)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(10.682)	7.206
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores (2)	1.084	35.410
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(9.598)	42.616

(1) As alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para Companhia à alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021); e

(2) Inclui, (i) ativação de prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores; (ii) parcela isenta de tributo adicional sobre imposto de renda; e (iii) baixa de créditos tributários e passivo fiscal diferido decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado aos efeitos de superveniência/(insuficiência) de depreciação e reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF).

2.2 Resultado operacional e financeiro

No exercício de 2022 houve lucro líquido de R\$ 16.757 mil, representando uma queda de 37% comparado ao lucro líquido de R\$ 26.604 mil em 31 de dezembro de 2021.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nos últimos exercícios sociais.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Pan Arrendamento Mercantil nos últimos exercícios sociais, foram emitidos sem ressalvas e sem ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Nos termos do §1º do artigo 47 do estatuto social da Pan Arrendamento Mercantil, o saldo dos lucros poderá ser retido, conforme dispõe o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, ou ficará à disposição da assembleia geral, que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

a.i Valores das retenções de lucros

	2022
Retenção de Lucros	-
Reserva Legal	-

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	2022
Retenção de Lucros	-
Reserva Legal	-

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme artigo 33, do Estatuto Social, o qual especifica que os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos na base mínima de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício após dedução do prejuízo acumulado, se houver, da provisão para o imposto de renda, e do destaque de uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade da distribuição de dividendos é anual. Entretanto, conforme previsto no artigo 34 de seu Estatuto Social, a Companhia poderá distribuir lucros ou dividendos por conta de resultado de período base não encerrado, valendo-se, para tanto, de balanços intermediários levantados no curso do exercício social, cabendo à Assembleia Geral Ordinária ratificar ou não a sua distribuição.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial.

2.7 Destinação de resultados

- e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, não possui política de destinação de resultados específica e formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

Não há, além do que já foi divulgado nas Demonstrações Contábeis do Pan Arrendamento Mercantil.

(i) carteiras de recebíveis baixados sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Pan Arrendamento Mercantil.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

As práticas ASG da Companhia estão contempladas no Plano de negócios do Banco PAN, seu controlador. As informações sobre o plano de negócios do PAN estão descritas abaixo:

A Comissão ESG é primeira instância de governança do PAN, com atribuições para identificação dos riscos e oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático. A Comissão ESG, que se reporta ao Conselho de Administração do PAN e ao Comitê ESG do BTG Pactual tem como um de seus objetivos revisar, identificar oportunidades de negócios, propor melhorias à estrutura, mecanismos e práticas de governança do PAN, assim como ao propósito e desenvolvimento sustentável, além de sugerir, em conjunto com a liderança e Diretoria, metas relacionadas aos aspectos ESG para toda a instituição.

Dado o perfil da carteira de crédito do PAN, assim como o perfil de seu público-alvo, o qual é composto exclusivamente por pessoas físicas, as maiores oportunidades de negócios estão associadas às vertentes sociais e climáticas, dentre as quais destacamos:

- Produtos ou serviços de educação financeira: oportunidade de curto prazo para ampliar o conhecimento financeiro dos clientes PAN, utilizada como ferramenta para engajamento e redução da inadimplência.

2.10 Planos de negócios

- Uso intensivo de tecnologia para prevenção a fraudes e melhoria da experiência e satisfação de clientes: oportunidade de curto prazo para ampliar engajamento de clientes e reduzir custos com processos legais.
- Financiamento de veículos elétricos, híbridos e flex: oportunidade de longo prazo para mitigar o risco climático de transição ao que o PAN está exposto.

Ainda, durante o processo formal de avaliação e aprovação de novos produtos, são considerados os impactos e possíveis oportunidades sociais, ambientais e climáticas. No momento em que um novo produto começa a ser planejado, as áreas de Clientes e ESG participam do processo de avaliação, considerando aspectos como experiência do cliente, potenciais benefícios ao consumidor, possíveis dúvidas do cliente no momento de efetiva contratação e dificuldades de utilização. Posteriormente, são realizadas pesquisas de mercado com o objetivo de entender como os concorrentes se posicionam sobre o assunto e quais os principais conteúdos e dúvidas que os consumidores buscam sobre o serviço/produto, além de possíveis externalidades sociais, ambientais e climáticas do produto.

O Banco PAN participa diretamente de grupos de trabalho da Febraban, ABBC e Pacto Global, com o objetivo de identificar outras oportunidades e compartilhar riscos relativos à agenda ESG. Além disso, o PAN mantém um canal de comunicação aberto com todas as partes interessadas, mapeando potenciais mudanças no cenário macroeconômico, das mudanças climáticas e do perfil da carteira de clientes no longo prazo, de modo a antecipar e identificar oportunidades alinhadas ao modelo de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

A Companhia não divulga qualquer projeção sobre resultados futuros.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não divulgou projeções sobre seus resultados nos últimos 3 exercícios sociais e portanto, não há informações a serem divulgadas nesse item.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Emissor

A Companhia é diretamente controlada por um único acionista e tal relacionamento poderá ter um efeito adverso relevante sobre as atividades da Companhia

A Companhia é controlada diretamente e indiretamente pelo Banco PAN S.A. ("Banco PAN", "PAN" ou "Controlador"). Neste sentido, a Companhia é sensivelmente influenciada pelos resultados e atividades do PAN. Além disso, existem transações relevantes entre a Companhia e seu Controlador e, consequentemente, caso haja qualquer impacto negativo sobre as condições financeiras e patrimoniais do PAN, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia também poderão ser impactadas. Ademais, qualquer mudança de controle poderá ter efeito adverso relevante sobre a administração da Companhia e, consequentemente, sobre os resultados de suas operações e sua situação financeira.

Estrutura e Canais de Atendimento compartilhados com seu Controlador.

Para prestar atendimento a seus clientes, a Companhia se utiliza das instalações, do pessoal e da infraestrutura do seu Controlador. Sendo assim, decisões do PAN no sentido de alterar a configuração das suas instalações, dos seus canais e da sua infraestrutura compartilhada poderão afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Danos à reputação podem prejudicar os negócios e perspectivas da Companhia

A Companhia é dependente de sua boa imagem e da credibilidade no mercado. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus colaboradores e falhas na gestão de riscos, dentre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar a reputação da Companhia perante clientes e o mercado em geral. Danos à sua reputação podem afetar, adversamente e de maneira relevante, seus negócios.

A Companhia está sujeita a erros ou problemas operacionais que poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais

A Companhia está exposta a variados riscos operacionais, incluindo riscos de fraude por parte de seus empregados ou terceiros, falhas em documentar apropriadamente suas operações e falhas em seus equipamentos e sistemas. Eventuais erros ou problemas operacionais poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e resultados operacionais.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam os custos e causam prejuízos, como também podem promover conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados da Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, a falta de integração e redundância nestes sistemas e as limitações de um único site poderão afetar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto dos nossos sistemas de tecnologia da informação e comunicação. A infraestrutura de tecnologia da informação está concentrada na sede da Companhia em São Paulo. Os computadores e sistemas

4.1 Descrição dos fatores de risco

de comunicações podem ser danificados ou ter seu funcionamento interrompido por falhas próprias ou por incêndio, enchente, falta de energia, falha no atendimento prestado pelas operadoras de telecomunicações, vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, e por demais fatos ou ocorrências semelhantes. Qualquer um desses eventos pode causar interrupção nos sistemas, atrasos e perda de dados essenciais, vindo a prejudicar as operações da Companhia. Os sistemas não são totalmente redundantes e nosso plano de recuperação de desastres pode não ser suficiente para todas as eventualidades. Além disso, a Companhia pode ter cobertura de seguro inadequada ou limites de seguro inadequados para ressarcir-la dos prejuízos decorrentes de uma interrupção de maior efeito. Qualquer um desses eventos pode prejudicar a reputação da Companhia, ser dispendioso e demorado para ser corrigido, e afetar adversamente suas operações e situação financeira.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia possui um único controlador, Banco PAN S.A, e não está exposta a riscos relacionados a seus acionistas que pudessem impactar seus resultados de forma relevante.

c. suas controladas e coligadas

Resultados negativos das empresas controladas podem afetar os resultados da Companhia

A Companhia não possui empresas controladas.

d. seus administradores

Os administradores da PAN Financeira devem observar todas as regulamentações vigentes, das quais possam interferir em sua gestão, incluindo as respectivas declarações necessárias para sua eleição e posse. Além disto, todos os Administradores devem observar as regras em relação a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outras atividades ilícitas nas jurisdições em que atuam.

Em complemento, a Companhia e seus administradores também estão sujeitos a Lei nº 13.506/17, que dispõe sobre o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

e. seus fornecedores

Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores da Companhia

A Companhia possui fornecedores e prestadores de serviços, os quais exercem atividades relevantes para a condução dos nossos negócios. Eventuais descumprimentos de obrigações, falhas ou interrupções das atividades de tais fornecedores podem afetar negativamente a Companhia.

f. seus clientes

Considerando a alteração do objeto social da PAN Financeira S.A. - Crédito Financiamento e Investimento (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.), aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 04/11/2022, está estará sujeita ao risco de crédito dos seus novos clientes, vinculados as atividades e produtos a serem ofertados no âmbito da sociedade de crédito, financiamento e investimento.

Nesse sentido, a capacidade conjunta dos tomadores de crédito da PAN Financeira de honrar pontualmente suas obrigações está diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica e da renda no País. Situações de crise econômica, sanitária ou geopolítica, o fraco desempenho da economia, aumento do desemprego, a perda de vínculo dos servidores públicos com o governo federal ou, ainda, a perda de benefícios, no caso

4.1 Descrição dos fatores de risco

dos aposentados e pensionistas do INSS, poderá gerar aumento da inadimplência das operações de crédito, que, por sua vez, pode resultar no aumento das perdas operacionais e afetar adversamente os negócios e situação financeira da Companhia.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Situações macroeconômicas adversas podem elevar o risco de crédito e as taxas de inadimplência

A efetivação das operações de crédito, financiamento e investimento [envolve a análise do crédito dos clientes. Situações macroeconômicas adversas, como aumento de taxas de juros, dos índices de desemprego, a retração da atividade econômica nacional e a elevação da carga tributária das operações da espécie podem causar a deterioração do crédito dos clientes da Companhia, e consequentemente provocar a elevação dos índices de inadimplência, o que poderá afetar negativamente os negócios da Companhia.

O Governo Federal exerce influência sobre a economia brasileira e ações governamentais podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os negócios da PAN Financeira, sua condição financeira e o resultado de suas operações.

Os negócios, condição financeira e resultados da Companhia dependem, substancialmente, da economia brasileira, que já passou e pode passar por intervenções do governo e por ciclos econômicos voláteis. As políticas econômicas, incluindo as de crédito, monetária, fiscal e cambial, entre outras, são usadas como instrumentos para manter o funcionamento do sistema econômico do Brasil e influenciam o curso da economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e regulamentos, muitas vezes implicam em uma alteração nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preços, controle de capitais e limitação às importações, entre outras medidas. Nesse contexto, as mudanças nos regulamentos em relação a impostos e outras áreas, aplicáveis aos serviços que sociedades de crédito, financiamento e investimento oferecem, podem afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O Governo pode também realizar mudanças sociais na Previdência Social (INSS) e no Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (FGTS), alterando condições de saque, regras de pagamento e medidas atreladas à possibilidade de crédito garantido. Em 2023, por exemplo, o Conselho Nacional de Previdência Social estabeleceu nova taxa limite de 1,97% para os juros cobrados sobre os empréstimos consignados de INSS (versus o limite anterior de 2,04%).

Não se pode estimar o impacto geral em suas operações e atividades de crédito advindos dos desenvolvimentos macroeconômicos e políticos do Brasil ou das mudanças na política regulatória da economia. Também não é possível prever como as medidas atuais ou futuras implementadas pelos responsáveis pela política regulatória podem impactar o negócio da PAN Financeira. Além disso, não se pode prever com total certeza quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se estas afetarão adversamente a economia brasileira ou a Companhia.

Carteira de Arrendamento (atividade exercida anteriormente a alteração do objeto social): a eficácia da garantia de pagamento do valor integral do bem pode ser prejudicada

Em caso de inadimplemento pelos arrendatários das parcelas devidas, a Companhia pode propor ação de reintegração de posse do bem arrendado. Entretanto, a recuperação do bem, que é de propriedade da Companhia e, portanto, tem o efeito de garantir o adimplemento das obrigações pelos arrendatários, pode afetar negativamente o resultado da Companhia, tendo em vista os custos para a obtenção da referida reintegração, sobretudo quando

4.1 Descrição dos fatores de risco

comparados ao valor do bem, e o fato de que grande parte dos bens arrendados pode ser ocultada ou indevidamente transferida a terceiros.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças promovidas pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") na taxa básica de juros podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia

O Bacen, por meio do COPOM, estabelece periodicamente a taxa SELIC, que corresponde à taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro. O COPOM tem frequentemente ajustado a SELIC para controlar aumentos de preços, devido ao sistema de metas da inflação adotado pelo órgão.

Aumentos na SELIC podem afetar adversamente o resultado das operações da Companhia, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e diminuição do valor de mercado da carteira de crédito, prefixada em sua maioria. Reduções na SELIC também podem afetar adversamente o resultado das operações, em menor escala, por meio da redução da receita proveniente dos títulos públicos e contratos pós-fixados, dentre outros fatores.

Novos produtos a serem ofertados pela Companhia, considerando a alteração de seu objeto social de arrendamento mercantil para sociedade de crédito, financiamento e investimento, estão sujeitos a leis e regulamentos que podem ser alterados, bem como à interpretação dada pelos tribunais a essas leis e regulamentos

Considerando a alteração do objeto social da Companhia, está passando a ofertar novos produtos a seus clientes, estando sujeitos a diferentes leis e regulamentos que podem ser alterados, bem como à interpretação dada pelos tribunais a essas leis e regulamentos. Dentre os referidos produtos, destacamos o empréstimo consignado, sendo que o desconto em folha das parcelas de empréstimo consignado está sujeito a diversas leis e regulamentos, em esfera federal, estadual e municipal, que estabelecem limites e preferências de desconto e preveem a irrevogabilidade da autorização dada pelo servidor público, aposentado ou beneficiário do INSS, para dedução dos valores para pagamento de tais empréstimos. A PAN Financeira estará, portanto, exposta ao risco de crédito da entidade governamental responsável pelo pagamento do salário do funcionário ou pelo benefício por ele recebido. A publicação de qualquer nova lei ou regulamento, a mudança, a revogação ou nova interpretação das normas existentes que resultem na proibição ou restrição à capacidade da PAN Financeira de efetuar essas deduções diretas, poderá aumentar o perfil de risco da carteira de crédito consignado. Sendo assim, a Companhia não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos ao desconto direto em folha de pagamento ou do benefício do INSS não serão alterados ou revogados no futuro.

Ademais, a Companhia está sujeita à imposição de limites nas taxas de juros que cobra em seus empréstimos aos pensionistas e aposentados do INSS, bem como aos servidores públicos das demais entidades governamentais com as quais celebra convênios para concessão de tais créditos, além do atraso no recebimento de repasse de valores descontados. A PAN Financeira não pode garantir que as entidades com as quais celebrará convênios irão manter as taxas máximas de juros aplicáveis nos atuais patamares.

Além disso, a concessão do crédito consignado a beneficiários do INSS ou servidores, aposentados e pensionistas de outros órgãos depende da autorização das entidades públicas a que tais indivíduos estejam vinculados. A legislação e regulamentação referente a consignações pode ser alterada por cada órgão conveniado ou por lei. No momento, a PAN Financeira está em fase de solicitação de autorização das entidades públicas vinculadas aos beneficiários para celebração dos convênios.

Histórico de Decisões Judiciais, considerando a atividade de arrendamento mercantil exercida pela Companhia anteriormente a alteração de seu objeto social

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nos últimos anos, os tribunais nacionais interferiram de maneira frequente na execução de contratos de arrendamento mercantil, predominantemente a favor do arrendatário. Tal interferência baseava-se na Súmula nº 263 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Nos termos da referida súmula, a cobrança antecipada de Valor Residual Garantido (“VRG”) descaracterizava as operações de *leasing*.

Entretanto, em maio de 2003, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a Súmula nº 263 em decisão cujo conteúdo considerou que o pagamento adiantado do VRG não implica necessariamente a antecipação da opção de compra, já que subsistem as opções de devolução do bem ou prorrogação do contrato. Por fim, em maio de 2004, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a Súmula nº 293, cujo conteúdo dispõe que o pagamento antecipado do VRG não descaracteriza o contrato de *leasing*, vez que referido pagamento não significa exercício de compra.

No entanto, não há garantia de que a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) será acatada pelos demais tribunais nem de que a Súmula nº 293 permanecerá inalterada, o que poderia prejudicar os negócios das sociedades de arrendamento mercantil, vez que a descaracterização da operação de *leasing* afeta a recuperação do bem financiado e consequentemente do saldo devido pelo arrendatário, na medida em que resta à instituição arrendadora apenas a ação de execução, mais morosa e menos eficaz que a reintegração de posse, utilizada quando a operação de *leasing* é configurada. Neste sentido, caso decisões jurisprudenciais voltem a ensejar a descaracterização da operação de *leasing* a Companhia poderá ser prejudicada.

Ademais, não pode ser de todo excluída a possibilidade de decisões dos Tribunais que responsabilizem as Arrendadoras por defeitos ou vícios da coisa arrendada, ainda que a mesma não tenha sido produzida pela Arrendadora. Tais responsabilidades potenciais poderiam gerar contingências com reflexos negativos nos resultados da Companhia.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua fora do território brasileiro.

j. questões sociais

Crises sanitárias podem impactar negativamente os resultados financeiros do Banco PAN, controlador da Companhia.

Possíveis novas crises sanitárias como a que se experimentou no período da pandemia de COVID-19 e as respostas governamentais a elas podem impactar as condições macroeconômicas e financeiras globais e brasileiras, incluindo a interrupção das cadeias de abastecimento e o fechamento de empresas, levando a perdas de receitas, aumento do desemprego e estagnação/contração econômica.

Os impactos nas condições macroeconômicas e financeiras brasileiras tiveram, e podem no futuro impactar negativamente os negócios do PAN, e consequentemente da Companhia, na forma de um aumento significativo nos riscos associados ao mercado de crédito, incluindo aqueles resultantes do aumento de inadimplências e da renegociação de contratos de dívida existentes, assim como potenciais ações de força maior, que podem aumentar a provisão para perdas, fazer com que as perdas reais de empréstimos excedam montantes provisionados.

k. questões ambientais

A Companhia pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com acionistas, clientes assistidos por operações de crédito/financiamento, parceiros comerciais e fornecedores cujas atividades possam

4.1 Descrição dos fatores de risco

vir a gerar impactos socioambientais negativos, afetando os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

O Banco PAN, controlador direto da Companhia, possui uma base de clientes, parceiros comerciais e fornecedores diversificada que podem ter suas atividades econômicas expostas aos fatores do risco socioambiental. Eventuais manifestações dos fatores do risco socioambiental nas atividades econômicas dos acionistas, clientes, parceiros comerciais e fornecedores do Banco PAN podem acontecer nas mais variadas formas e em diferentes graus de intensidade nas dimensões econômica, social e ambiental, impondo-lhes perdas financeiras e/ou reputacionais que podem afetar o relacionamento com o Banco PAN, impactando adversamente os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

O Banco PAN, controlador da Companhia, pode incorrer em perdas financeiras e operacionais devido a impactos da mudança climática em suas linhas de negócios e áreas de atuação.

A alteração esperada no clima causa um aumento considerável do risco climático físico desencadeado por eventos climáticos extremos. Tais eventos podem causar danos materiais à população brasileira, em especial àquela mais vulnerável econômica e geograficamente, que representa parte importante da carteira do PAN.

A base de clientes atual do Banco PAN conta com uma grande proporção de pessoas pertencentes às classes C,D e E e em situações de vulnerabilidade, estando mais sujeitas a impactos de eventos climáticos extremos, podendo estes impactar suas fontes de renda e prioridades financeiras. Os controles do Banco PAN para identificação e precificação de riscos climáticos em suas atividades e áreas de atuação podem se provar insuficientes para evitar perdas financeiras e um aumento na inadimplência de sua carteira de crédito.

Impactos negativos nos negócios e rentabilidade do Banco PAN podem impactar negativamente os resultados da Companhia.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Todas as questões foram compreendidas no item anterior.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- (i) A Companhia é diretamente controlada por um único acionista e, tal relacionamento poderá ter um efeito adverso relevante sobre as atividades da Companhia
- (ii) Estrutura e Canais de Atendimento compartilhados com seu Controlador.
- (iii) Situações macroeconômicas adversas podem elevar o risco de crédito e as taxas de inadimplência
- (iv) Danos à reputação podem prejudicar os negócios e perspectivas da Companhia
- (v) A Companhia está sujeita a erros ou problemas operacionais que poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Gestão de Riscos

O PAN é uma subsidiária integral do Grupo BTG Pactual e possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Companhia e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASELEIA

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, da Demonstração Contábil Intermediária do Banco PAN S.A. para a data base de 31/12/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer de forma individual o controle do Banco PAN, consequentemente passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira oficial os indicadores de Capital ao Banco Central do Brasil. A partir de então, o PAN optou por realizar e informar os cálculos dos Limites Operacionais de forma "gerencial" a partir da data base de 30/06/2021, atendendo aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Em 31/12/2022, o índice de Basileia do Banco PAN é de 15,59%. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa /Gerenciamento de Risco.

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Companhia.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de operações expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Processo nº 5005735-50.2021.4.03.6182	
a. juízo	2ª Vara das Execuções Fiscais Federais da Subseção Judiciária de São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/01/2021
d. partes no processo	Exequente: Receita Federal do Brasil Executado: Pan Arrendamento Mercantil S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.347.200,36
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada em face de Pan Arrendamento Mercantil S.A., para exigência do crédito tributária objeto do processo administrativo nº 16327.720420/2012-13 (CDA 80 2 20 118468-81), referente a supostos débitos de IRPJ e de CSLL relativos a fatos geradores ocorridos nos anos-calendário de 2007 e 2008. Na esfera administrativa, foram mantidas as exigências fiscais relativas a: (i) exclusão indevida de despesas com perdas em operação de crédito da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL; (ii) exclusão indevida de despesas com serviços da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL; e (iii) indedutibilidade de provisões constituídas para desvalorização de bens e veículos apreendidos. Em 27/05/2021, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. requereu a transferência do seguro garantia dos autos da Tutela Antecipada Antecedente nº 5019199-78.2020.4.03.6182 para a execução fiscal. Em 29/06/2021, foi certificada a distribuição dos respectivos Embargos à Execução Fiscal nº 5017773-94.2021.4.03.6182. Em 28/06/2021 houve a oposição de Embargos à Execução Fiscal, os quais foram distribuídos sob o nº 501773-94.2021.4.03.6182. A discussão permanece em primeira instância aguardando julgamento. em 30/09/2022 a EF foi para conclusão e decidiu-se pela sua suspensão.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aguarda-se desfecho dos Embargos à Execução Fiscal.
h. Estágio do processo	Processo suspenso.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância atribuída se dá em decorrência do aspecto financeiro, uma vez que o caso envolve valores substanciais e aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente ao Banco PAN, irá impactar suas operações ou imagem.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor, devidamente atualizado.
l. Provisão	R\$ 9.612.366,93

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado foi de R\$ 9.612.366,93.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Ações Tributárias Individuais - Processos relacionados à solidariedade pelo pagamento de IPVA em operações de financiamento de veículo	
Valores envolvidos	R\$ 37.273.990,88
Valor provisionado	R\$ 24.585.195,56
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Contingências decorrentes de 315 ações em que se discutem a responsabilidade solidária do Pan e suas controladas pelo pagamento de Impostos sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), devidos em razão das operações de financiamento de veículos e arrendamento mercantil.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para o Banco PAN e suas controladas não contém deficiências significativas que possam ocasionar impactos relevantes nas demonstrações Financeiras da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado acima, não foram detectadas deficiências significativas pelo auditor independente em relação aos controles internos da Companhia. As recomendações recebidas estão sendo endereçadas pela administração.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

As regras, políticas, procedimentos e práticas adotados pelo Banco PAN ("Banco" ou "PAN"), Controlador da Companhia, são aplicáveis ao Banco PAN S.A. e a todas as empresas controladas pelo PAN ("Conglomerado").

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os riscos, políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados pelo PAN, abaixo destacados, são reavaliados sempre que necessário, principalmente quando ocorrem mudanças significativas na estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios do PAN, ou na regulamentação aplicável.

Os mecanismos e procedimentos de integridade estão previstos nos seguintes normativos:

Código de Conduta e Ética: A versão vigente e atualizada foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30.08.2022. O Código de Conduta e Ética do PAN é composto por princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem conduzir toda e qualquer decisão ou atividade exercida pela administração, pelos colaboradores e pelos prestadores de serviço do PAN. Além disso, o Código de Conduta e Ética define padrões de conduta que devem ser observados por todos durante o desempenho de suas atividades diárias, inclusive em situações de conflito, pois orienta as relações internas e externas. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) regras de condutas; (ii) conflitos de interesses; (iii) contribuições e patrocínios; (iv) prevenção à fraude; (v) prevenção à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; (vi) preservação do patrimônio físico intelectual; (vii) uso da imagem e assessoria de imprensa; (viii) relações com acionistas e investidores; e (ix) relação com os prestadores de serviços e fornecedores.

Política Corporativa Anticorrupção: Aprovada pelo Conselho de Administração em 28.09.2021 e publicada em 11.10.2021. Define princípios, diretrizes e responsabilidades relacionadas ao combate a todas as formas de condutas inadequadas, tais como suborno, desvios e concessões de vantagens indevidas, ocultação ou dissimulação desses atos e o impedimento às atividades de investigação e fiscalização, bem como a conformidade proativa com as leis e regulamentações de prevenção e combate à corrupção, de forma a prevenir, detectar e combater a corrupção em todas as suas formas.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo: A versão vigente e atualizada foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07.07.2022. Define princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à prevenção dos riscos de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo ("LDFT"), em linha com as melhores práticas de mercado, considerando-se a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos, sistemas do Banco PAN S.A. e suas empresas controladas, e em conformidade com os requerimentos legais e regulatórios vigentes e aplicáveis. Nesse sentido, o gerenciamento voltado para mitigar tais riscos contempla rotinas e relatórios gerenciais que possibilitam à Alta Administração acompanhar a efetividade do programa de Prevenção LDFT, bem como à área de Prevenção a LDFT realizar a gestão do risco. O programa de Prevenção a LDFT compreende: avaliação interna de riscos; abordagem baseada em risco; procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação de operações; controles relacionados a sanções embargos e restrições políticas e econômicas internacionais; normas, regras, procedimentos e

5.3 Programa de integridade

controles de Conheça Seu Colaborador, Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Fornecedor; Capacitação e Cultura Organizacional; realização obrigatória de análise de risco prévia de LDFT para novos produtos, serviços e utilização e novas tecnologias, testes de efetividade e o devido registro de operações e serviços financeiros.

Mecanismos e Procedimentos de Integridade

Elencamos abaixo os mecanismos e procedimentos de integridade do PAN:

- Treinamentos anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro obrigatórios a todos os funcionários quando admitidos no Banco PAN e no decorrer de sua jornada no PAN, bem como a prestadores de serviços;
- Cláusula anticorrupção nos contratos com fornecedores e parceiros;
- Processo de análise prévia na contratação e manutenção de fornecedores (Know Your Supplier – KYS) e parceiros (Know Your Partner – KYP) visando identificar apontamentos reputacionais desabonadores e envolvimento em atos de corrupção e lavagem de dinheiro (due diligence);
- Revisão periódica de políticas, normas, regras e manuais de procedimentos e, a qualquer tempo, caso seja identificada necessidade de atualização;
- Processo de análise no início de relacionamento com clientes visando identificar envolvimento em atos de corrupção, lavagem de dinheiro e apontamentos nas listas de sanções aplicáveis;
- Canal de denúncias disponível para funcionários, clientes, usuários, parceiros e fornecedores para reporte de situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas às atividades da instituição, sem a necessidade de identificação do denunciante;
- Due diligence no contexto de operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias, e inclusão de declarações e garantias apropriadas nos contratos de compra e venda de ações em relação a eventuais violações de leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (Know Your Customer – KYC), que consiste na realização de pesquisas, análises e, quando necessário, elaboração de dossiês de prospects/clientes dos segmentos Conta Corrente, Captação (Digital e Convencional), Consignado, Veículos, Empréstimo Pessoal e Cartões;
- Processo de “Conheça seu Colaborador” (Know your Employee – KYE);
- Processo de monitoramento de transações financeiras de clientes com o objetivo de identificar operações com contrapartes de alto risco, além de atipicidades ou inconsistências nas operações financeiras, considerando a compatibilidade das transações habituais, capacidade financeira, atividade econômica, perfil socioeconômico e dados cadastrais do cliente e comunicação ao órgão de controle, conforme aplicável;
- Análise prévia de novos produtos sob a perspectiva da prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; e
- Investigações internas para apuração de denúncias de irregularidades.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas nos mecanismos e procedimentos internos de integridade são:

- Conselho de Administração: órgão estatutário, reporta-se aos Acionistas do Banco PAN, e é responsável por definir a orientação geral para o gerenciamento de riscos relacionados à Corrupção, à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, fazendo parte de suas atribuições a aprovação das correspondentes políticas corporativas. O Conselho de Administração também é responsável por acompanhar o resultado da avaliação interna de risco, dos testes de efetividade dos controles de Prevenção a LDFT, bem como de eventuais planos de ação e respectivo relatório de acompanhamento, quando aplicável.

5.3 Programa de integridade

- Comitê de Ética: órgão não estatutário, constituído pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21.12.2018, subordinado à Diretoria do Banco PAN, o qual rege-se por um Regimento Interno e possui as seguintes atribuições (a) avaliar e deliberar acerca da necessidade de aplicação de medida disciplinar aos colaboradores envolvidos em denúncias, representações ou indícios de atos envolvendo fraude, violação de conduta, assédio, ou qualquer tipo de infração ou violação às recomendações do Código de Conduta e Ética e demais documentos internos correlatos do PAN; (b) dar ciência ao gestor responsável pelo colaborador em caso de aplicação de medida disciplinar; (c) reportar à Diretoria as infrações e violações que tenham significativo risco jurídico ou de imagem ao PAN; (d) zelar pela observância do Código de Conduta e Ética do PAN; e (e) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas.
- Diretoria: órgão estatutário, com reporte ao Conselho de Administração. A Diretoria é responsável por seguir as orientações e diretrizes estratégicas definidas para o adequado e efetivo funcionamento da estrutura de gerenciamento de riscos relacionados a Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, alinhado com a estratégia do Banco PAN e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.
- Comitê de Segurança Corporativa e Prevenção à LDFT: órgão não estatutário, deliberativo e de caráter permanente, constituído por aprovação do Conselho de Administração em reunião realizada em 04.08.2014 e alterada em 27.07.2021, subordinado à Diretoria do Banco PAN, rege-se por um Regimento Interno, sendo responsável, com relação ao tema LDFT, por: (i) apreciar e validar, sempre que necessário, alterações na Política Corporativa de Prevenção à LDFT, a ser aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) apreciar e validar as diretrizes, políticas, projetos, processos, regras e alçadas relacionadas às atividades de prevenção à LDFT; (iii) analisar e deliberar sobre estratégias e quaisquer outros temas relacionados às atividades de prevenção à LDFT, cujas alçadas não estejam previstas em normativos internos; (iv) acompanhar os indicadores de volumes e perfis de aceitação/manutenção de relacionamentos (clientes, parceiros e fornecedores), comunicações ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), monitoramento de transações suspeitas e encerramento de relacionamentos; (v) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas; e (vi) quaisquer outras demandas que visem o atendimento às regulações de mercado e que dependam de subordinação à Alta Administração.
- Área de Compliance: como segunda linha de defesa e especificamente com relação à integridade, é responsável pela atualização da Política Corporativa Anticorrupção, de forma a assegurar que alterações regulatórias e legislativas estejam contempladas e as diretrizes, regras e critérios sejam observados, além de promover treinamentos corporativos e específicos, esclarecer dúvidas e fornecer pareceres relacionados à aplicação dessa política. Ainda, é responsável pela gestão do canal de denúncias e emissão do respectivo relatório, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.859/2020, o qual é submetido à validação do Comitê de Auditoria e aprovação do Conselho de Administração.
- Área de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo: como segunda linha de defesa, é responsável por garantir que os riscos associados à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo sejam corretamente identificados, avaliados e mensurados e que estejam de acordo com os limites definidos. Tem como atribuições principais implantar processos, regras, critérios, alçadas e sistemas, bem como disseminar a cultura desejada para que o gerenciamento desses riscos esteja em conformidade com as leis e regulamentações, refletindo as melhores práticas de mercado, devendo ser compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do Banco PAN e suas subsidiárias. Reporta-se à Diretoria de Controladoria e Compliance, conforme estrutura detalhada no 5.1., alínea "b", item "iii"
- Gestores das áreas de negócio: como primeira linha de defesa, são responsáveis pela gestão dos riscos associados à Corrupção, à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo inerentes aos produtos, clientes e operações sob sua responsabilidade, de acordo com as diretrizes, princípios e responsabilidades definidos nas Políticas Corporativa. Devem, ainda,

5.3 Programa de integridade

assegurar que as exposições a estes riscos estejam dentro dos limites definidos e em linha com as estratégias de negócio do Conglomerado. Os Gestores das áreas de negócio reportam-se às suas respectivas Diretorias.

- **Área de Pessoas:** é a área responsável pela elaboração do Código de Conduta e Ética do PAN, bem como por zelar para sua disseminação e cumprimento com intuito de fortalecer as relações de transparência e confiança entre colaboradores, terceiros, clientes e sociedade em geral. Também é responsável pela gestão do Comitê de Ética do PAN. A área de Pessoas reporta-se à Diretoria do Banco PAN.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, o Banco PAN possui Código de Conduta e Ética.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Sim, o código se aplica a todos os colaboradores e administração do PAN, bem como a todos os terceiros contratados.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O descumprimento das regras de conduta e ética sujeita o infrator à aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação vigente e na Política Corporativa de Consequências, aprovada pelo Conselho de Administração em 03.05.2022, que estabelece as diretrizes para adoção de medidas disciplinares, aplicáveis aos colaboradores do PAN e terceiros contratados como consequência pelo descumprimento à legislação e/ou regulação em vigor, ao Código de Conduta e Ética e/ou às políticas internas do PAN.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão vigente e atualizada do Código de Conduta e Ética foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração em 30.08.2022 e está publicada no site institucional no seguinte endereço eletrônico: [https://ri.bancopan.com.br/Q_PAN/Estatuto, Codigos –e Politicas/](https://ri.bancopan.com.br/Q_PAN/Estatuto,Codigos-e-Politicas/), bem como na intranet do Banco PAN.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, o PAN disponibiliza canal de denúncias.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal está sob responsabilidade da área de Compliance do Banco PAN, que utiliza o sistema e serviços de empresa contratada para o recebimento, triagem e distribuição.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está disponível na página do Banco PAN na internet para todos e os colaboradores também conseguem acessá-lo pela intranet.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

5.3 Programa de integridade

O canal permite o reporte de práticas suspeitas ou não éticas, de forma identificada ou anônima, preservando o sigilo da identidade dos denunciantes e das informações prestadas, na forma da lei.

iv. **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Compliance é responsável pela gestão do canal, contando com empresa contratada para o recebimento, triagem e encaminhamento das denúncias para os fóruns competentes, conforme estabelecido previamente.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Quando da ocorrência das operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias envolvendo terceiros, o Banco PAN busca realizar auditoria (*due dilligence*), além de exigir nos contratos as declarações e garantias costumeiramente praticadas pelo mercado, em relação a eventuais irregularidades às leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Com isso, busca detectar e precaver-se de condutas que não estejam alinhadas com a legislação vigente, principalmente regras constantes na Lei 12.846/2013, bem como a legislação e normas aplicáveis às instituições financeiras no âmbito da prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem reportadas neste item.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Banco Pan S.A.						
59.285.411/0001-13	Brasil	Sim	Sim	16/11/2015		
10.997	99,973	0	0,000	10.997	99,973	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.						
08.795.322/0001-86	Brasil	Sim		16/11/2015		
3	0,027	0	0,000	3	0,027	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
11.000	100,000	0	0,000	11.000	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Pan S.A.				59.285.411/0001-13		
AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	19.982	0,003	19.982	0,002	
Banco Sistema S.A.						
76.543.115/0001-94	Brasil		Sim	19/05/2021		
330.095.817	50,200	0	0,000	330.095.817	25,926	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BTG Pactual S.A.						
30.306.294/0001-45	Brasil		Sim	16/04/2020		
327.464.816	49,800	283.991.161	46,130	611.455.977	48,025	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
2	0,000	331.627.491	53,867	331.627.493	26,047	
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Pan S.A.				59.285.411/0001-13	
657.560.635	51,646	615.638.634	48,354	1.273.199.269	100,000

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Sistema S.A.				76.543.115/0001-94		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
BTG Pactual S.A.						
30.306.294/0001-45	Brasil			19/04/2019		
7.110	100,000	0	0,000	7.110	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.110	100,000	0	0,000	7.110	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45	
AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração:					
10.000.000	0,138	20.000.000	0,469	30.000.000	0,261
BTG Pactual Holding Fincanceira Ltda.					
27.742.455/0001-39	Brasil	Sim	Sim	26/10/2018	
5.811.901.068	80,229	1.397.425.360	32,788	7.209.326.428	62,656
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BTG Pactual Holding S.A.					
10.923.227/0001-62	Brasil		Sim	10/03/2016	
120.896.936	1,669	241.405.092	5,664	362.302.028	3,149
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
1.166.446.076	16,102	2.333.280.932	54,747	3.499.727.008	30,416
TOTAL					

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45		
7.244.165.568	62,959	4.261.954.360	37,041	11.506.119.928	100,000	
Veículos de Investimento vinculados a integrantes ad Partnership						
09.631.542/0001-37	Brasil			31/05/2017		
134.921.488	1,862	269.842.976	6,331	404.764.464	3,518	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding Fincanceira Ltda.				27.742.455/0001-39		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
BTG Pactual Holding S.A.						
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	14/10/2016		
13.451.110.000	99,914	0	0,000	13.451.110.000	99,914	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
11.600.000	0,086	0	0,000	11.600.000	0,086	
TOTAL						
13.462.710.000	100,000	0	0,000	13.462.710.000	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62	
AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração:					
183.224.918	28,103	67.560.448	10,933	250.785.366	19,748
André Santos Esteves					
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022	
1	0,000	0	0,000	1	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Antonio Carlos Canto Porto Filho					
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022	
1	0,000	0	0,000	1	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
BTG Pactual G7 Holding S.A.						
17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	02/12/2015		
468.762.806	71,897	4.825.755	0,781	473.588.561	37,292	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Guilherme da Costa Paes						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	545.570.398	88,286	545.570.398	42,960	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Roberto Balls Saloutti						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	31/12/2022		
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
651.987.729	51,340	617.956.601	48,660	1.269.944.330	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
402.875.441	100,000	612.528.957	100,000	1.015.404.398	100,000	
TOTAL						
402.875.441	39,676	612.528.957	60,324	1.015.404.398	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	11.000	100,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	11.000	100,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

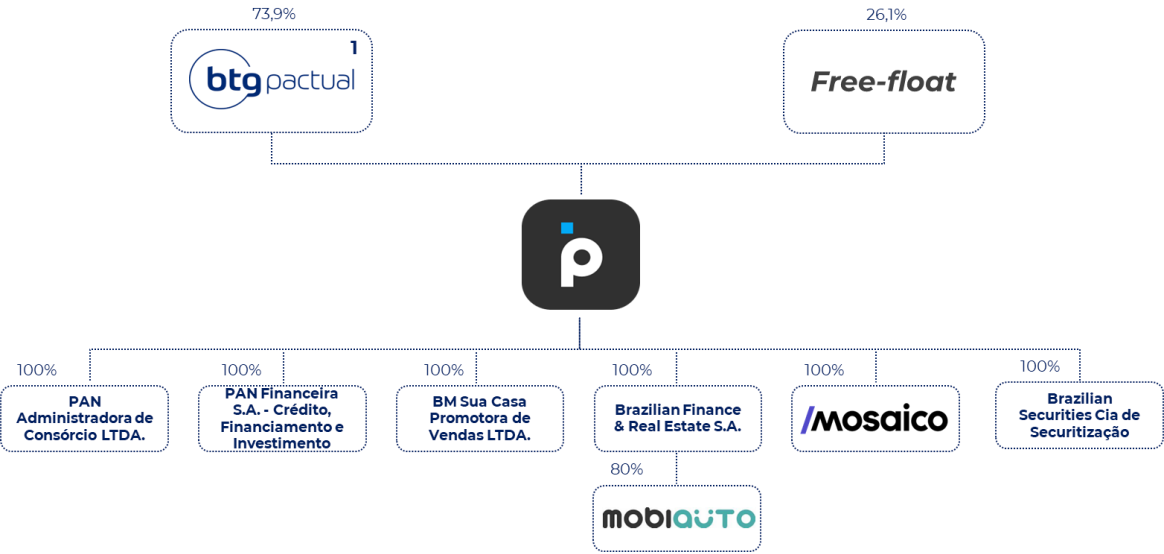
Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal (RH)

N.A.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração do Banco PAN, controlador da Companhia ("Banco PAN" ou "PAN"), é responsável por monitorar e aprovar aspectos relacionados ao risco climático do PAN e de suas controladas, dentre os quais:

(i) Aprovar a declaração ao apetite de risco (RAS) do banco PAN, incluindo aspectos climáticos.

(ii) Monitorar a evolução dos indicadores de risco, incluindo riscos climáticos.

A Comissão ESG, constituída no âmbito do controlador da Companhia, responde ao Conselho de Administração do Banco PAN e ao Comitê ESG do Líder do Conglomerado Prudencial (BTG Pactual), que por sua vez responde ao Conselho de Administração do líder do Conglomerado Prudencial.

A Comissão possui reuniões mensais e tem como presidente a Diretora Executiva de Pessoas, ESG e Jurídico. Além disso, possui membros pertencentes a cinco diretorias executivas e conta com a participação de quatro Diretores Executivos (CRO ; CTO; CMO e CHRO/CLO).

A Comissão ESG é responsável, entre outras funções por:

(i) Reger as Diretrizes de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

(ii) Monitorar o cumprimento das normas ESG vigentes, avaliando a efetividade das ações implementadas, os impactos de descumprimento e agindo para corrigir eventuais desvios;

(iii) Orientar e estabelecer competências para a adoção de providências necessárias à identificação, classificação, avaliação, eliminação e mitigação de riscos socioambientais e climáticos;

(iv) Assegurar que a Diretoria e o Conselho de Administração estejam cientes dos assuntos relacionados às questões de responsabilidade ESG que possam causar impacto relevante à imagem do Banco PAN.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	3	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	3	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	0	6	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. **órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração**
- b. **de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- c. **se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Item facultativo para empresas da Categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome:	Alex Sander Moreira Gonçalves	CPF:	668.687.186-91	Profissão:	Administrador	Data de Nascimento:	02/04/1972
Experiência Profissional:	Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília, com pós-graduação em Finanças pela USP-Fipecafi. Ingressou na BV Financeira C.F.I. em 2009, onde permaneceu por 4 anos e exerceu as posições de Superintendente de Negócios e Diretor de Consignação e Canal Próprio. Anteriormente, atuou como executivo de Consignação e Negócios com o Governo e como Diretor Comercial e de Produtos no Banco Bradesco Financiamentos/BMC. Atualmente é Diretor do Banco PAN.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	
Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/06/2022	AGO/2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/08/2022	Sim		

Nome:

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CPF:

020.396.747-05

Profissão:

Bancário

Data de Nascimento:

18/04/1972

Experiência Profissional:

Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, atuou no Grupo BBM entre 1992 e 2011. Em 1996 foi nomeado Gerente de Produtos de Varejo, cargo no qual permaneceu até 1998. Em 1998 assumiu a gerência comercial responsável pelo Estado de São Paulo e Região Sul e, em 2002, tornou-se Diretor Estatutário responsável pela área comercial, cargo ocupado até junho de 2011. Foi eleito Diretor do Banco PAN em agosto de 2011 e em maio de 2016 foi eleito Diretor de Relações com Investidores desta instituição. Em 6 de setembro de 2019 foi nomeado Diretor Presidente do Banco PAN.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/06/2022	AGO/2025	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/08/2022	Sim	06/09/2019
Pertence apenas à Diretoria	20/06/2022	1ª RCA Após AGO de 2025	19 - Outros Diretores	02/08/2022	Não	15/07/2016

Nome: Dermeval Bicalho Carvalho **CPF:** 487.473.439-15 **Profissão:** Engenheiro Agrônomo **Data de Nascimento:** 18/11/1962

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual de Londrina, com pós-graduação nas áreas de Desenvolvimento Gerencial, Consultoria de Empresas, Economia Empresarial e Programação. Ingressou na Caixa em 2001, e exerceu funções e cargos relevantes como Gerente Nacional de Risco Operacional e Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual de Londrina, com pós-graduação nas áreas de Desenvolvimento Gerencial, Consultoria de Empresas, Economia Empresarial e Programação. Ingressou na Caixa em 2001, e exerceu funções e cargos relevantes como Gerente Nacional de Risco Operacional e Superintendente Nacional da SN de Risco Corporativo (5 anos). Desde agosto de 2017 exerce posição estratégica de Diretor Interino da Diretoria de Riscos. Há mais de dez anos é representante CAIXA em comissões externas relacionadas à Gestão de Riscos, atualmente é membro titular da subcomissão de Riscos de Crédito e Capital e da Comissão de Gestão de Riscos da FEBRABAN. Possui experiência em diversos trabalhos acerca de Risco Operacional, é certificado pela ISO 31000 (Gestão de Riscos), bem como em certificações de investimentos (CPA20) e formação de Conselheiro de Administração pelo IBCG (2018). Atua há mais de 15 anos como Gestor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	20/06/2022	1ª RCA Após AGO de 2025	10 - Diretor Presidente / Superintendente	02/08/2022	Não	30/10/2019

Nome: Diogo Ciuffo da Silva **CPF:** 087.004.747-70 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/02/1980

Experiência Profissional: Atualmente, é Diretor do Banco PAN, tendo passado também pelo cargo de Superintendente Executivo do Banco Digital e Novos Negócios da mesma instituição. É Bacharel em Economia pela PUC-Rio e possui MBA pela FGV. Ao longo da sua carreira, trabalhou no Banco BBM e Brasil Plural, onde passou pelas áreas de Crédito Corporate e Tesouraria. Ingressou no Banco PAN em 2011 como head da área de Empresas e em 2016 passou a ser responsável pela Tesouraria e Captação do Banco. Desde janeiro de 2019 lidera a iniciativa do Banco Digital. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/06/2022	AGO/2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/08/2022	Sim	19/02/2020

Nome:	Leonardo Ricci Scutti	CPF:	327.201.378-47	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	04/04/1984
--------------	-----------------------	-------------	----------------	-------------------	---------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Possui 20 anos de experiência no mercado financeiro, tendo ocupado posições em instituições destacadas como BankBoston, Cargill, BES e HSBC. Em 2011, ingressou no BTG Pactual, onde ocupou diversas posições até se tornar sócio em 2017. Dentre as suas principais atribuições, foi corresponsável pela gestão do portfólio de crédito do BTG Pactual, com exposição de R\$ 75 bilhões no segmento corporativo e nos diversos setores da economia brasileira. Leonardo é formado em administração de empresas pela PUC/SP, tendo concluído cursos de liderança pela Harvard Business School.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	18/05/2023	1ª RCA Após AGO de 2025	12 - Diretor de Relações com Investidores	22/05/2023	Não	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é controlada direta ou indiretamente pelo Banco PAN S.A., motivo pelo qual, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Remuneração instituídos pelo Banco PAN S.A., analisam também as informações da Companhia, conforme os regulamentos e normas vigentes.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,20		5,20
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,58		5,58
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,83		5,83
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria ao final do último exercício social.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para empresas de Categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão Exercício 31/12/2023	0,00%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2022	0,00%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2021	0,00%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2020	0,00%	0,00%	0,00%

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Valores pagos pelos Controladores diretos e indiretos ou Sociedades sob Controle Comum				
Órgão	2020	2021	2022	2023
CA	0	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	05/04/2011		
Descrição do serviço contratado	A PWC prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Pan Arrendamento Mercantil S.A..		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Exercício de 2022 - Trabalhos contratados relacionados à auditoria: R\$ 78.745,10.		
Justificativa da substituição	Em função de remanejamento (rodízio) interno na PWC, fez se necessária a troca do auditor responsável técnico, informamos a substituição de Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev, CPF 249.758.218-18, por Edison Arisa Pereira, CPF 006.990.038-81, para os trabalhos de auditoria iniciados a partir de 01 de abril de 2023.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Item não aplicável, visto que a auditoria contratada não presta outros serviços.

9.4 Outras informações relevantes

9.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que julgamos relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO PAN S.A.	31/12/2022	3.186,58	3.186,58	Não se aplica	01/01/2023	0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Depósitos à vista					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não					
Posição contratual do emissor	Credor					
BANCO PAN S.A.	31/12/2022	12.929.158,03	12.929.158,03	Não se aplica	20/12/2023	0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não					
Posição contratual do emissor	Credor					
BANCO PAN S.A.	31/12/2022	104.843,66	104.843,66	Não se aplica	01/01/2023	0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Valores a pagar, relativo a Oracle					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia tem buscado constantemente melhorar e manter os níveis de governança corporativa, além de buscar adotar as melhores práticas de governança corporativa recomendadas ou exigidas pela legislação aplicável em vigor.

Como regra geral, todas as decisões a respeito das operações da Companhia são submetidas à administração, conforme as competências definidas no estatuto social, sendo que as operações que envolvam partes relacionadas são tratadas de forma independente, buscando alcançar condições e resultados análogos aos atingidos em condições de mercado.

Havendo potencial conflito de interesse sobre qualquer matéria submetida à análise de órgão deliberativo da Companhia em relação a algum membro integrante do respectivo órgão competente para deliberar sobre a matéria, é observado o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo membro abster - se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção, se houver, foram realizadas em função do bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades da Companhia e a observância às condições de mercado.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item, além das informadas nos outros tópicos.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
14/07/2017		356.735.500,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
11.000	0	11.000

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
14/07/2017		356.735.500,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
11.000	0	11.000

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações emitidas pela Companhia não são admitidas à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários negociados no exterior

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.9 Outras informações relevantes

Não há informações relevantes adicionais a serem informadas neste item.

13.0 Identificação

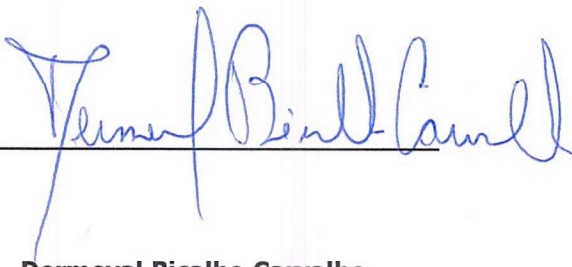
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	DERMEVAL BICALHO CARVALHO
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	LEONARDO RICCI SCUTTI
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

DERMEVAL BICALHO CARVALHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.006.063-8, inscrito no CPF sob o nº 487.473.439-15, na qualidade de Diretor Presidente da PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), vem, de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada declarar que:

- (a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- (b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários.

X 

Dermeval Bicalho Carvalho

Cargo do responsável
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

LEONARDO RICCI SCUTTI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 43.909.501-3, inscrito no CPF sob o nº 327.201.378-47, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), vem, de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada declarar que:

- (a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- (b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários.

X

LEONARDO RICCI SCUTTI

Cargo do responsável
Diretor de Relações com Investidores